

GRUPAMENTO DE APOIO DOS AFONSOS

Estudo Técnico Preliminar 16/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS CONDIMENT

2. Descrição da necessidade

O Grupamento de Apoio dos Afonsos foi reativado por meio da PORTARIA GABAER Nº427/GC3, de 06 de dezembro 2022, e tem por finalidade prestar apoio administrativo às Organizações do Comando da Aeronáutica sediadas na Guarnição de Aeronáutica dos Afonsos (GUARNAE-AF).

Neste contexto, a Seção de Subsistência (SSUB) é a seção responsável por fornecer diariamente as 4 (quatro) refeições básicas (café, almoço, janta e ceia) para o efetivo supracitado. Estas refeições atendem aos círculos hierárquicos sem distinção, ou seja, as preparações constantes nos refeitórios dos Recrutas, Soldados, Cabos, Taifeiros, Sargentos, Suboficiais e Oficiais são únicas, cujo objetivo maior é a manutenção do bem estar da tropa.

Atualmente, a Central de produção dos Afonsos (CPA) alimenta, aproximadamente, 4.000 militares, civis, e alunos de diversas atividades apoiadas pela Guarnição dos Afonsos. Para que toda essa operação ocorra sem maiores percalços, a CPA conta com 2 (duas) cozinhas industriais, sendo uma situada no antigo NuPAMA-AF e outra no HAAF, que produzem as refeições e as transportam por meio de “pista quente”, para mais de 10 refeitórios espalhados por esta Guarnição.

Assim, a aquisição dos bens acima elencados atenderá às necessidades de aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, cujo objetivo é atender à demanda de consumo nos preparativos de refeições dos efetivos do Grupamento de Apoio dos Afonsos e de suas Organizações Apoiadas.

Importa ressaltar que, atualmente, um dos Princípios que norteiam a Administração Pública é o Princípio da Eficiência, incorporado através da Emenda Constitucional 19/1998, no artigo 37, da Constituição Federal de 1988.

Insta salientar que na elaboração deste processo foi observado o princípio da eficiência, o qual foi incorporado em nosso ordenamento jurídico, a fim de buscar um maior controle de resultados na atuação da Administração Pública. Nesse sentido, economicidade, redução de desperdícios, qualidade, rapidez, produtividade e rendimento funcional são valores encarecidos por esta equipe de planejamento.

Cabe salientar que o Decreto Federal nº 10.818 /2021, de 27 de setembro de 2021, publicado no Diário Oficial da União em 28 de setembro de 2021, regulamenta, o disposto no art. 20 da Lei 14.133/21, e estabelece o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública federal nas categorias de qualidade de comum e de luxo.

O Decreto se vale de critério eminentemente econômico fundado na elasticidade-renda da demanda do bem – consistente na razão entre a variação percentual da quantidade demandada e a variação percentual da renda média – para diferenciar as duas categorias de bens de consumo, enquadrando como:

Bens de luxo: os bens de consumo com alta elasticidade-renda da demanda – ou seja, em que o aumento da renda do consumidor acarreta um aumento significativo (desproporcional) na demanda pelo bem – a qual seria

identificável a partir de certos atributos do próprio bem (ostentação, opulência, forte apelo estético ou requinte); e Bens de qualidade comum: os bens de consumo com baixa ou moderada elasticidade-renda da demanda – ou seja, em que o aumento da renda do consumidor não acarreta aumento desproporcional na demanda pelo bem.

Nesta esteira, a Equipe de planejamento ao elaborar a relação de itens a serem licitados se atentou para a orientação determinada no referido Decreto, excluindo-se os itens considerados de luxo, selecionando itens de comum demanda para a Unidade.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEÇÃO DE SUBSISTÊNCIA DO GAP-AF	RAPHAEL BASTOS ALVES 1º TEN QOINT

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O (s) Fornecedor (s) contratado(s) para aquisição dos materiais solicitados através deste processo licitatório deverá cumprir com todas as exigências e obrigações constantes do Termo de Referência, Edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas necessárias para a perfeita execução do objeto.

Para que a presente contratação venha a ser celebrada, não se verificam requisitos mínimos para a sua satisfação. Os materiais descritos no Termo de Referência enquadram-se como bens comuns, que serão adquiridos mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, através de sistema de Registro de Preços.

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas: O objeto da presente contratação não gera obrigações posteriores para a Contratada, realizando o pagamento somente após o recebimento do material em questão. Em relação a integridade e transparência do processo, o mesmo deverá estar de acordo com a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a qual regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas, tendo em vista que o objeto constante da presente contratação não é considerado de acesso sigiloso.

Cabe relatar que este Órgão não utilizou o catálogo eletrônico de padronização previsto no inciso I do § 1º do Art. 40 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021 e previsto na lista de verificação da AGU, pelo motivo abaixo relacionado: A Portaria Seges/ME nº938, de 2 de fevereiro de 2022, instituiu o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, em atendimento ao disposto no inciso II do art. 19 da Lei nº14.133, de 1º de abril de 2021, como forma de solução de gerenciamento centralizado para uniformizar os itens contratados pela Administração Pública, conferindo maior economicidade nos gastos públicos e racionalização de recursos em contratações cujas necessidades podem ser atendidas por bens, serviços e obras padronizados.

Em consulta ao Catálogo eletrônico de Padronização, disposto no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (acesso pelo link <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados>), tem-se que estão dispostos somente os itens referentes à água mineral natural, sem gás e os alusivos a café e açúcar

, não estando contemplado, portanto, o objeto almejado por este Órgão. Face ao exposto, a justificativa para a não utilização do catálogo eletrônico de padronização, acima relacionada, atende ao § 2º do Art. 19 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

Para todos os produtos do item 1.1 do Termo de referência por estarem enquadrados Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13 de 23 de agosto de 2021, será exigida, sob pena de não aceitação da proposta, a apresentação do CTF (cadastro técnico Federal) válido e com a descrição da atividade compreendida no enquadramento na FTE (Ficha Técnica de Enquadramento) da fabricante do produto ofertado.

a apresentação do Certificado de Regularidade poderá ser dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on-line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo

De acordo com o art. 427 do Decreto 9.013/2017, Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal para todos os itens de origem animal: o estabelecimento ou marca apresentada deverá estar registrado no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Sistema de Inspeção Municipal (SIM) ou registrado pelos serviços de inspeção que aderiram ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária por meio do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA).

A licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta atualizada, a documentação comprobatória do respectivo registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Serviço de Inspeção Municipal (SIM) ou SISBI-POA, conforme aplicável ao produto ofertado, sob pena de não aceitação da proposta.

4.9 Para os produtos embalados devem ser observadas as regras de rotulagem nutricional (Resoluções 359 e 360, de 23 de dezembro de 2003, da ANVISA), as relativas a aditivos para materiais plásticos (RDC nº 17, de 17 de março de 2008) e a proibição do uso industrial de embalagens metálicas soldadas com liga de chumbo e estanho para acondicionamento de gêneros alimentícios, exceto para produtos secos ou desidratados (Lei nº 9832/1999).

4.10 Para os Estabelecimentos que apenas comercializam os produtos do item 1.1 deste TR além de apresentar os registros citados nos itens 4.7 deste TR, deveram apresentar também o licenciamento, válido, pela autoridade sanitária competente estadual, municipal, territorial ou do Distrito Federal, mediante a expedição do respectivo alvará válido, conforme redação dos art. 45 e 46 do DECRETO-LEI nº 986, de 21 de outubro de 1969, sob pena de não aceitação da proposta

Em observância à Resolução SEGES-CICS/MGI nº 4, de 18 de outubro de 2024, atualizada pela Resolução SEGES-CICS/MGI nº 8, de 31 de março de 2025, foi realizada análise acerca da aplicabilidade de margem de preferência ao objeto da presente contratação.

Verificou-se que os gêneros alimentícios objeto do certame, não estão contemplados no Anexo I das referidas Resoluções, motivo pelo qual não se aplica margem de preferência ao presente processo licitatório, uma vez que tal benefício se destina especificamente aos produtos expressamente relacionados na norma.

Todavia, o certame observa integralmente o tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, conforme previsto na Lei Complementar nº 123/2006, especialmente mediante a instituição de itens com participação exclusiva para ME/EPP, em razão do valor estimado inferior a R\$ 80.000,00.

Habilitação econômico-financeira

Considerando que a presente contratação possui característica de fornecimento de bens com entrega imediata, nos termos do item 5.1 do Termo de Referência, observa-se que o art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 prevê a possibilidade de dispensa, total ou parcial, da documentação de habilitação.

Todavia, optou-se pela manutenção da exigência de habilitação econômico-financeira, tendo em vista a necessidade de resguardar a Administração quanto à capacidade econômico-financeira mínima das empresas participantes para cumprimento das obrigações contratuais, mitigando riscos de inadimplemento, descontinuidade do fornecimento e eventual prejuízo ao abastecimento regular dos gêneros alimentícios destinados às Organizações Militares atendidas pelo certame.

A exigência mostra-se proporcional e compatível com a natureza, vulto e relevância da contratação, observando os princípios da razoabilidade, segurança da contratação e interesse público.

Qualificação Técnica

Embora o art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 possibilite a dispensa, total ou parcial, da documentação de habilitação nos casos de fornecimento com entrega imediata, e considerando a interpretação literal do art. 67, inciso II, da referida Lei, bem como o entendimento atualmente adotado pela Advocacia-Geral da União no modelo de Termo de Referência para compras (DEZ/2025), segundo o qual a legislação não prevê apresentação obrigatória de atestados de capacidade técnica para aquisição de bens, entende-se que a exigência de qualificação técnica deve observar estrita compatibilidade com a complexidade do objeto.

Dessa forma, considerando que o objeto consiste na aquisição de gêneros alimentícios comuns, de fornecimento usual no mercado, sem complexidade técnica relevante, não será exigida apresentação de atestado de capacidade técnica, preservando-se a competitividade do certame e observando os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

5. Levantamento de Mercado

Em análise realizada no mercado, considerando as leis e normas vigentes que regem a Administração Pública, foi realizado o levantamento das possíveis soluções para aquisição dos itens alimentícios pretendidos por meio deste certame, cujo fornecimento se dará por empresa especializada do ramo e devidamente autorizada a exercer esta atividade e cumprindo todas as exigências editalícias desta Organização.

Logo, desdobra-se o estudo realizado:

Solução 1 - Aquisição por dispensa de licitação (Lei nº 14.133, artigo 75, inciso II):

Neste cenário, o valor total do certame não deve ultrapassar o previsto no inciso II do art 75 da Lei nº 14.133 /2021, o que, devido à quantidade estimada neste certame, bem como o preço médio estipulado conforme pesquisa de mercado, ultrapassa a previsão legal.

Solução 2 - Aquisição por adesão a ata de registro de preço vigente:

Neste cenário, o insumo deve ser adquirido por meio de adesão a uma ata de registro de preço vigente, mantida entre algum órgão e uma empresa contratada. Em análise a esta situação, o custo do processo seria elevado, fazendo com que o custo do processo, mais o do produto se tornasse muito maior, não tendo assim uma contratação com o melhor custo benefício em atendimento ao que se refere ao princípio da economicidade.

Também há desvantagens nesse modelo, tendo em vista que além da possibilidade das atas de outros Órgãos não atenderem na totalidade a necessidade desta Administração, também pode gerar maior complexidade burocrática, retardando em partes a contratação.

Solução 3 - Aquisição por meio de registro de preço.

Neste cenário, o insumo deverá ser adquirido por meio de registro de preço, no qual o processo licitatório resultará numa ata de registro de preços firmada entre o GAP-AF e as contratadas, com 12 meses de vigência, mantidas as condições definidas em edital, observadas as disposições com o prazo de vigência da contratação de 12(doze) meses, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. Considerando a necessidade eminente, esta solução fica totalmente dentro das expectativas pretendidas.

Neste esteira nos modelos de soluções 1 e 2 acima relatados, verificam-se alternativas diferentes que poderiam ser adotadas pela Administração pública em substituição a solução escolhida, porém para a escolha das alternativas ora mencionadas, a Administração Pública precisaria estabelecer critérios de acordos de cooperação e termos de parceria com outros Órgãos e/ou Organizações, compartilhando recursos e/ou aquisições conjuntas e embora essas parcerias pudessem resultar em algum benefício, como redução de custos, gerando eficiência através da compra em grupo, existem também algumas desvantagens e desafios associados a essas soluções, que foram consideradas por esta Organização como expressivamente mais relevantes.

Aqui estão algumas desvantagens potenciais caso as soluções 1 e 2 fossem escolhidas:

Complexidade na Coordenação

- a) Descrição: Coordenar compras e processos entre diferentes instituições pode ser complexo.
- b) Desvantagem: A necessidade de alinhar interesses, prazos e requisitos entre múltiplas partes pode levar a atrasos e aumentar a burocracia.

Diferenças nas Necessidades

- a) Descrição: Cada instituição pode ter necessidades específicas que não se alinham completamente com as dos parceiros.
- b) Desvantagem: Pode resultar em compromissos que não atendem perfeitamente às necessidades individuais de cada parte, levando a um produto final que não é ideal para todos.

Desafios na Gestão de Estoque

- a) Descrição: A gestão e distribuição do material adquirido em grupo pode ser complicada.
- b) Desvantagem: Pode haver dificuldades na distribuição adequada dos materiais para cada instituição, especialmente se as quantidades variam significativamente entre os parceiros.

Conflitos de Prioridades e Processos.

- a) Descrição: As prioridades e processos de aquisição podem variar entre diferentes instituições.
- b) Desvantagem: Diferenças na forma como cada instituição prioriza ou gerencia suas compras podem causar conflitos e atrasos.

Responsabilidade e Transparência

- a) Descrição: A responsabilidade pelo cumprimento dos termos do acordo deve ser compartilhada.
- b) Desvantagem: Pode haver desafios em assegurar a transparência e a responsabilidade em relação às decisões e execução do contrato, o que pode levar a disputas ou falta de clareza.

Possíveis Conflitos de Interesse

- a) Descrição: Diferentes instituições podem ter interesses e prioridades divergentes.
- b) Desvantagem: Isso pode levar a conflitos que podem afetar negativamente a eficácia do acordo e a qualidade dos materiais adquiridos.

Necessidade de Acordos Legais Complexos

- a) Descrição: A formalização dos acordos pode exigir contratos e acordos legais complexos.

b) Desvantagem: A elaboração e manutenção desses acordos podem exigir mais tempo e recursos, aumentando a carga administrativa.

Impacto em Relações Institucionais

a) Descrição: A colaboração pode afetar as relações entre as instituições envolvidas.

b) Desvantagem: Qualquer problema ou desacordo no processo pode afetar negativamente as relações entre as instituições, o que pode ser prejudicial a longo prazo.

Conclusão.

Em resumo, embora os acordos de cooperação e termos de parceria de participação em IRP de outras Unidades e adesão a ata de registro de preços de outros Órgãos, possam proporcionar vantagens significativas, como economia de escala e maior eficiência, ao analisar as vantagens e desvantagens de cada solução apresentada e com o intuito de mitigar possíveis riscos, o Grupamento de Apoio dos Afonsos ratificou a escolha pela realização de um novo certame que atenderá de forma integral a demanda desta OM.

Nesta esteira, considerando ainda o princípio da economicidade e agilidade do processo, bem como as normas basilares e soluções levantadas e descritas, após a análise de mercado e considerando o custo de um processo, entre publicação em DOU, Despesa com hora de trabalho técnico em comparação com o valor médio levantado de gasto com o quantitativo estimado de consumo anual, se verifica que a melhor forma de contratação é sim a **terceira opção.**

6. Descrição da solução como um todo

O fornecimento de alimentação ao efetivo arranchado em unidade militar do Comando da Aeronáutica constitui-se em atividade de suporte primordial e estratégica para o cumprimento da missão institucional da Força, e de execução inerente às unidades apoiadoras da FAB, contando, inclusive, com órgão central regulador da atividade dentro da Instituição, conforme NSMA 145-1/1983, devendo ser considerado, ainda, que o direito à alimentação dos militares em atividade, assim entendidas como as refeições que lhes são fornecidas, está assegurado pelo art. 50, item IV, alínea "q", da Lei nº 6.880, de 09/12/80 (Estatuto dos Militares).

Além disso, cumpre ressaltar que encontra-se incluído no plano de cargos do COMAER o Quadro de Taifeiros da Aeronáutica, com especialidades de Cozinheiro e de Arrumador, ratificando-se, com isso, que as atividades de produzir e distribuir refeições são próprias das Organizações Militares, não podendo, portanto, ser adotada como linha de ação alternativa, por exemplo, a terceirização desse serviço, em atenção ao previsto no art. 3º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, e no art. 9º da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 26 de maio de 2017.

Dito isto, e de acordo com o Art. 44 da lei 14.133, de 01 de abril de 2021 esta equipe de planejamento considera a opção pela aquisição dos gêneros alimentícios como a opção mais vantajosa para a administração desta OM, visto que, esta CPA consta atualmente com cerca de 160 colaboradores no setor de produção de alimentos para atender toda Guarnição dos Afonsos.

Em análise realizada no mercado, considerando as leis e normas vigentes que regem a Administração Pública, foi realizado o levantamento das possíveis soluções para aquisição dos itens alimentícios pretendidos por meio deste certame, cujo fornecimento se dará por empresa especializada do ramo e devidamente autorizada a exercer esta atividade e cumprindo todas as exigências editalícias desta Organização.

Quanto ao Decreto nº 8.473/2015, que versa sobre a destinação de percentual mínimo a ser destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, esta Administração atesta que existe um processo para aquisição de Alimentos PAA, por intermédio de Chamada Pública 001/2024, processo número 67564.002992/2024-81.

Diante do cenário de consumo diário e ininterrupto dos GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, nas diversas atividades que integram o preparo das refeições e em outras situações já mencionadas e, considerando a impossibilidade de previsão exata dos quantitativos, haja vista a quantidade estabelecida ser uma estimativa de consumo, por conta da variação da demanda diária, este Grupamento optou pela modalidade Pregão, usando o tipo Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços, conforme incisos V do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023 e com o prazo de vigência da contratação de 12 (meses) meses, sendo prorrogado por igual período, na forma do artigo 82 a 86 e 105 da Lei nº 14.133, de 2021, visando à ampla competição e à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

O fornecimento da alimentação ao efetivo apoiado é ininterrupto, visto que as atividades da Central de Produção dos Afonsos não se encerram junto com o fim do expediente administrativo da OM.

Esta CPA é responsável por fornecer alimentação para as equipes de serviço que atuam 24 (vinte e quatro) horas por dia, além disso, esta SSUB é responsável pela alimentação dos pacientes internados e funcionários do HAAF. Neste esteira, acrescentasse a demanda os diversos apoios na alimentação em missões operacionais que podem decorrer ao longo ano, como por exemplo apoio nas equipes de transportes de órgãos, por isso sendo a vigência plurianual da ATA se torna mais vantajosa considerando a otimização e celeridade dos fluxos e procedimentos de contratações anuais, desafogando os setores de compras e licitações com a repetição da demanda apresentada, bem como evitando eventuais interrupções.

A solução escolhida contempla a realização de licitação na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, adotando-se o critério de julgamento de menor preço por item e o modo de disputa aberto e fechado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A adoção do pregão eletrônico justifica-se pelo fato de o objeto consistir na aquisição de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, possibilitando ampla competitividade e maior eficiência ao certame.

O critério de julgamento pelo menor preço por item mostra-se adequado em razão da natureza divisível e padronizada dos objetos, permitindo maior participação de fornecedores e ampliação da competitividade, com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Quanto ao modo de disputa aberto e fechado, sua adoção busca proporcionar maior competitividade e eficiência ao procedimento licitatório, permitindo inicialmente a apresentação sucessiva de lances e, posteriormente, a oferta de lance final fechado pelos licitantes mais bem classificados, favorecendo a obtenção de preços mais vantajosos e reduzindo o risco de acomodações durante a fase competitiva.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Foram utilizados como base de definição das quantidades totais que compõem o presente certame os pregões 93/2018, 008/2021, 55/2022 e 069/2024.

Assim, a metodologia utilizada, para fins do cálculo do quantitativo total dos itens previstos de aquisição, segue a fórmula abaixo:

A= MAIOR (A1 OU A2 OU A3 OU A4) , sendo que a planilha de cálculo encontra-se anexa ao ETP.

Tais consultas estão disponíveis no sistema de Gerenciamento de Atas extraída do Sistema Integrado de Logística de Material e de Serviço (SILOMS), sistema de uso da FAB, no qual apresenta a relação de itens empenhados por licitação.

DEMONSTRATIVO DO LEVANTAMENTO DA QUANTIDADE DEMANDADA PARA AQUISIÇÃO						
		A1	A2	A3	A4	A
		PR 93/2018	2021	2022	2024	NOVA DEMANDA GAP-AF
1	ALHO PURO PICADO, SEM SAL, BALDE COM 1KG, PRAZO VALIDADE MÍNIMO 30 DIAS.	751	888	751	888	888
2 e 3	AZEITONA PRETA, TIPO AZAPA, APRESENTAÇÃO SEM CAROÇO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL SEM TEMPERO, BALDE 2KG, PRAZO VALIDADE MÍNIMO 30 DIAS.	3670	666	190	655	3670
4 e 5	AZEITONA, TIPO VERDE, CARACTERÍSTICA ADICIONAL SEM CAROÇO, BALDE COM 2 KG DE PESO DRENADO, PRAZO VALIDADE MÍNIMO 30 DIAS.	2750	616	95	130	2750
6	AZEITONA, TIPO VERDE, APRESENTAÇÃO SEM CAROÇO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL RECHEADA COM PASTA DE PIMENTÃO, PESO DRENADO 200G, PRAZO VALIDADE MÍNIMO 30 DIAS.	700	600	0	0	700
7	CEBOLINHA CRISTAL EM CONSERVA, PESO DRENADO DE 200GR, APRESENTAÇÃO EM VIDRO, VALIDADE MÍNIMA 90 DIAS.	400	350	160	400	400
8	CONDIMENTO, TIPO TOMILHO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, APRESENTAÇÃO DESIDRATADO, EMBALADO.	300	100	0	0	300
9	CONDIMENTO, APRESENTAÇÃO EM CONSERVA, MATÉRIA-PRIMA PIMENTA MALAGUETA, APLICAÇÃO USO CULINÁRIO, NÃO CONTEM GLUTEN, PESO 89G, PESO DRENADO 30G, PRAZO VALIDADE MÍNIMO 30 DIAS.	700	0	900	75	900
10	CONDIMENTO, APRESENTAÇÃO INDUSTRIAL, MATÉRIA-PRIMA COLORAU, ASPECTO FÍSICO PÓ, EMBALAGEM COM 500G, PRAZO VALIDADE MÍNIMO 30 DIAS.	500	250	200	0	500

11	CONDIMENTO, APRESENTAÇÃO INDUSTRIAL, MATÉRIA- PRIMA COMINHO, ASPECTO FÍSICO MOÍDO, EMB 200G PRAZO VALIDADE MÍNIMO 30 DIAS.	800	202	1040	800	1040
12	CONDIMENTO, APRESENTAÇÃO INDUSTRIAL, MATÉRIA- PRIMA CRAVO DA ÍNDIA, ASPECTO FÍSICO GRANULADO, EMB 50G APLICAÇÃO ALIMENTAÇÃO HUMANA, PRAZO VALIDADE MÍNIMO 30 DIAS.	0	0	360	0	360
13	CONDIMENTO, APRESENTAÇÃO INDUSTRIAL, MATÉRIA- PRIMA PIMENTA DO REINO, ASPECTO FÍSICO PÓ, PRAZO VALIDADE MÍNIMO 30 DIAS.	120	65	180	120	180
14	CONDIMENTO, APRESENTAÇÃO MOÍDA, MATÉRIA-PRIMA CANELA, ASPECTO FÍSICO PÓ, EMB 40G APLICAÇÃO ALIMENTAÇÃO, PRAZO VALIDADE MÍNIMO 30 DIAS.	100	226	530	226	530
15	CONDIMENTO, APRESENTAÇÃO NATURAL, MATÉRIA-PRIMA CANELA, ASPECTO FÍSICO CASCA, APLICAÇÃO ALIMENTAÇÃO, PRAZO VALIDADE MÍNIMO 30 DIAS.	20	10	120	20	120
16	CONDIMENTO, APRESENTAÇÃO NATURAL, MATÉRIA-PRIMA ALECRIM, ASPECTO FÍSICO FOLHA DESIDRATADA, EMB 1KG APLICAÇÃO ALIMENTAÇÃO, PRAZO VALIDADE MÍNIMO 30 DIAS.	0	100	100	100	100
17	CONDIMENTO, APRESENTAÇÃO NATURAL, MATÉRIA-PRIMA ALECRIM, ASPECTO FÍSICO PÓ, PCT 1KG APLICAÇÃO CULINÁRIA EM GERAL, PRAZO VALIDADE MÍNIMO 30 DIAS.	600	100	720	600	720
18	CONDIMENTO, APRESENTAÇÃO NATURAL, MATÉRIA-PRIMA ORÉGANO, EMBALAGEM COM 1KG, PRAZO VALIDADE MÍNIMO 30 DIAS.	1000	200	1100	1000	1100
19	CONDIMENTO, APRESENTAÇÃO SECO EM FOLHAS, MATÉRIA-PRIMA LOURO, ASPECTO FÍSICO	250	0	370	250	370

	FOLHA SECA, PCT 1KG PRAZO VALIDADE MÍNIMO 30 DIAS.					
20 E 21	ERVILHA EM CONSERVA, EMBALAGEM COM 2KG, INGREDIENTES ÁGUA /AÇÚCAR/ÁCIDO CÍTRICO E SAL, PRAZO VALIDADE MÍNIMO 30 DIAS.	9209	1558	8304	2612	9209
22	EXTRATO ALIMENTÍCIO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, TIPO EXTRATO DE TOMATE, IGREDIENTE BÁSICO TOMATE, EMBALAGEM COM 340GR, VALIDADE MÍNIMO 30 DIAS.	5000	4409	7400	0	7400
23 e 24	EXTRATO ALIMENTÍCIO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, TIPO EXTRATO DE TOMATE, INGREDIENTE BÁSICO TOMATE, EMBALAGEM COM 4,1KG, PRAZO VALIDADE MÍNIMO 30 DIAS.	11182	8274	3553	3910	11182
25 e 26	MILHO EM CONSERVA, INGREDIENTES GRÃOS DE MILHO COZIDO/ÁGUA E SAL, EMBALAGEM COM 2KG, PRAZO VALIDADE MÍNIMO 30 DIAS.	7410	1659	6020	1730	7410
27	MOLHO ALIMENTÍCIO, COMPOSIÇÃO BÁSICA MOLHO MOSTARDA, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO 200G, PRAZO VALIDADE MÍNIMO 30 DIAS.	2300	60	2336	0	2336
28 e 29	MILHO EM CONSERVA, INGREDIENTES GRÃOS DE MILHO COZIDO/ÁGUA E SAL, EMBALAGEM COM 200 GRAMAS, EMBALAGEM TETRA PARK, PRAZO VALIDADE MÍNIMO 30 DIAS.	12000	4400	14000	0	14000
30	MOLHO ALIMENTÍCIO, TIPO CATCHUP, DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALAGEM COM 400G, PRAZO VALIDADE MÍNIMO 30 DIAS.	0	500	280	500	500
31	MOLHO INGLÊS, COMPOSIÇÃO BÁSICA VINAGRE, GENGIBRE, AÇÚCAR E SAL, NÃO CONTEM GLUTEN, CONTEÚDO 150ML, PRAZO VALIDADE MÍNIMO 30 DIAS.	5020	114	5220	520	5220
32	MOLHO SHOYU, EMBALAGEM COM 150 ML, PRAZO VALIDADE MÍNIMO 30 DIAS.	1000	24	1000	520	1000
33 e 34	MOLHO SHOYU, EMBALAGEM COM 900 ML, PRAZO VALIDADE MÍNIMO 30 DIAS.	13000	9758	7940	3200	13000
	SAL, TIPO GROSSO, PRÓPRIO PARA					

35	CHURRASCO, EMBALAGEM COM 1 KG, PRAZO VALIDADE MÍNIMO 30 DIAS	1700	110	1420	10	1700
36	SAL, TIPO REFINADO, MOÍDO E IODADO, MARINHO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALAGEM COM 1 KG, PRAZO VALIDADE MÍNIMO 30 DIAS.	13900	2869	9900	1600	13900
37 E 38	SELETA DE LEGUMES EM CONSERVA, INGREDIENTES ERVILHA, CENOURA E BATATA EM CUBOS, ÁGUA /AÇÚCAR/ÁCIDO CÍTRICO E SAL, EMBALAGEM COM 2 KG, PRAZO VALIDADE MÍNIMO 30 DIAS.	6000	1504	6000	100	6000
39	TEMPERO, CALDO DE LEGUMES, APRESENTAÇÃO PÓ, EMBALAGEM COM 1 KG.	550	300	800	800	800
40	TEMPERO, CALDO PARA PEIXES E FRUTOS DO MAR, APRESENTAÇÃO PÓ, EMBALAGEM COM 1 KG.	700	300	850	0	850
41	TEMPERO, CALDO DE CARNE, APRESENTAÇÃO PÓ, EMBALAGEM COM 1 KG.	3146	2000	2500	240	3146
42	TEMPERO, CALDO DE GALINHA, APRESENTAÇÃO PÓ, EMBALAGEM COM 1 KG.	1650	990	2000	400	2000
43	TEMPERO ALHO E SAL, EMBALAGEM COM 230GR.	3100	1479	4000	0	4000
44 E 45	VINAGRE, MATÉRIA-PRIMA VINHO BRANCO, TIPO NEUTRO, ACIDEZ 4, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, EMBALAGEM COM 750ML, PRAZO VALIDADE MÍNIMO 30 DIAS.	11000	806	13014	1913	13014
46 E 47	VINAGRE, MATÉRIA-PRIMA VINHO TINTO, ACIDEZ 4,2, PECTO FÍSICO LÍQUIDO, APRESENTAÇÃO SACHÊ COM APROXIMADAMENTE 4 ML, PRAZO VALIDADE 120 DIAS, CAIXA COM 200 UNIDADES, PRAZO VALIDADE MÍNIMO 30 DIAS.	2500	610	3470	0	3470
48	VINAGRE, MATÉRIA-PRIMA VINHO TINTO, TIPO NEUTRO, ACIDEZ 4, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, EMBALAGEM COM 750ML, PRAZO VALIDADE MÍNIMO 30 DIAS.	900	100	1970	0	1970
49 e 50	AZEITONA, TIPO PRETA, APRESENTAÇÃO SEM CAROÇO, TAMANHO GRANDE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM TEMPERO BALDE 2 KG.	1728	1000	203	1033	1728
	MOLHO ALIMENTÍCIO, COMPOSIÇÃO BÁSICA					

51	MOLHO MOSTARDA/SAL /AÇÚCAR E CONDIMENTO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, PRAZO VALIDADE 3 DIAS (ABERTO)/12 MESES (FECHADO), CONSERVAÇÃO COM CONSERVANTE, QUANTIDADE CALORIAS 68 BOMBONA 3,2L.	1180	1794	1000	1794	1794
52	MOLHO ALIMENTÍCIO, COMPOSIÇÃO BÁSICA CONCENTRADO TOMATE /SAL/AÇÚCAR E CONDIMENTO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, PRAZO VALIDADE 3 DIAS (ABERTO) /24 MESES (FECHADO), CONSERVAÇÃO COM CONSERVANTE, QUANTIDADE CALORIAS 68 BOMBONA 3,2L.	600	1040	500	1040	1040
53	SAL, TIPO REFINADO, MOÍDO E IODADO, MARINHO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALAGEM CAIXA COM 2.000 SACHÊS DE APROXIMADAMENTE 1 GRAMA, PRAZO VALIDADE MÍNIMO 30 DIAS.	400	598	500	598	598
54	CONDIMENTO, APRESENTAÇÃO CREME, MATÉRIA-PRIMA CEBOLA, ASPECTO FÍSICO PÓ, APLICAÇÃO CULINÁRIA EM GERAL.	580	910	1000	1000	1000
55 e 56	FARINHA PARA PÃO SACO 25 KG. FARINHA DE TRIGO, FERRO, ÁCIDO FÓLICO E MELHORADORES DE FARINHA: ÁCIDO ASCÓRBICO E PERÓXIDO DE BENZOÍLA E AZODICARBONAMIDA.	999	1928	319	542	1928
57 e 58	FARINHA DE TRIGO EXTRA CLARA PARA PÃO, EMBALADO EM SACO 25 KG. FARINHA DE TRIGO, FERRO, ÁCIDO FÓLICO E MELHORADORES DE FARINHA: ÁCIDO ASCÓRBICO E PERÓXIDO DE BENZOÍLA E AZODICARBONAMIDA.	500	1040	0	515	1040
59 e 60	FARINHA DE TRIGO PARA SALGADOS - 5KG - FARINHA DE TRIGO, FERRO E ÁCIDO FÓLICO.	1100	1560	0	390	1560
61 e 62	ALHO PURO DESCASCADO, SEM SAL, EMBALAGEM COM 1KG, DENTES DE ALHO SOLTOS E DESCASCADOS	ITENS NOVOS	2800	2490	1510	2800

	EMBALADOS EM PACOTE COM 1KG PRAZO VALIDADE MÍNIMO 30 DIAS.	INCLUÍDOS NO ANO DE 2021				
--	------------------------------------------------------------------	--------------------------------	--	--	--	--

8. Estimativa do Valor da Contratação

O valor de referência para a contratação, para fins de aplicação do menor valor, será de R\$ 4.131.425,0733 (quatro milhões, cento e trinta e um mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e sete centavos).

Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o
- índice previsto para a contratação; ou
- poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

De acordo com o TCU, “Parcelamento é a divisão do objeto em partes menores e independentes. Cada parte, item, etapa ou parcela representa uma licitação isolada ou em separado.” (Licitações & Contratos. Orientações Básicas. 4ª ed., p. 225).

A licitação em questão será realizada por item, pois os objetos são divisíveis e foi verificado que não haverá prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo.

Assim sendo, a equipe de planejamento considerou ser possível adotar esta forma de aquisição parcelada, objetivando melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado e ampliar a competitividade, considerando ainda que a divisão do objeto é tecnicamente possível e economicamente viável.

Dessa forma, visa-se atender a regra do parcelamento com relação a itens ou unidades autônomas do objeto, sem deixar de buscar a economia de escala, a viabilidade técnica e o melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

São contratações correlatas e/ou interdependentes os pregões 93/2018, 008/2021, 55/2022 e 069/2024 os quais continham itens similares e que atenderam parte da demanda de solicitações dessa OM.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Inicialmente, ressalta-se que a missão do Grupamento de Apoio dos Afonsos é executar as atividades administrativas e logísticas necessárias ao apoio das Organizações sediadas, visando à melhoria contínua dos processos internos e à qualidade dos serviços prestados.

A Diretriz do Comando da Aeronáutica (DCA Nº 11-1 de 06 de março de 2019), que versa sobre a Sistemática de Planejamento e Gestão Institucional da Aeronáutica, define atividade, em seu item 2.7.8.1, como um conjunto de tarefas de caráter continuado, executadas de forma coordenada, suportada por recursos humanos, materiais e financeiros, que visa atender aos processos administrativos, técnicos e operacionais, garantindo o funcionamento de uma organização, para o cumprimento de sua finalidade. Já seu item 2.7.8.3 versa sobre a imprescindibilidade da priorização dos recursos para que as Organizações e os principais Sistemas da Aeronáutica mantenham-se sempre em efetivo funcionamento, provendo à Força Aérea a sustentabilidade necessária ao cumprimento de sua missão.

Realizando-se uma análise primária do que versa a DCA 11-1, face à instrução do processo de aquisição em comento, observa-se total alinhamento da contratação pretendida, em relação ao planejamento da compra em tela.

Por fim, no que pese às despesas referentes ao processo em questão, elas estão em conformidade com o inciso II, do Art. 16, da Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), haja vista não se referir à criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, que acarrete aumento da despesa em relação à Lei Orçamentária Anual, ao Plano Plurianual, e à Lei de Diretrizes Orçamentárias, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

12. Resultados Pretendidos

O objetivo da realização do certame pretendido, a ser realizado pela modalidade Pregão, na sua forma Eletrônica, pelo Sistema de Registro de Preços, é a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, para atender às necessidades de alimentação dos servidores civis e militares do GAP-AF e demais Unidades Apoiadas.

Os itens adquiridos serão utilizados na alimentação dos, aproximadamente, 4.000 (quatro mil) comensais, sendo por este motivo uma atividade, cuja conclusão será de extrema importância para a apresentação de um cardápio diversificado, bem como a adequada nutrição dos servidores apoiados pela CPA.

13. Providências a serem Adotadas

Para a realização da aquisição, será necessário que o presente instrumento licitatório continue seu trâmite, até vencer as etapas preparatórias, internas, posteriormente, e prossiga para a fase externa, encontrando os licitantes interessados em participar do certame, até que se efetive o registro de preços para o vencedor desta Licitação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Para os itens licitados, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23/08/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938 de 1981.

A empresa contratada deverá comprovar que o(s) bem(ns) atende(m) aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, quando aplicável:

- a) que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- b) que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- d) que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (**Restriction of Certain Hazardous Substances**), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- e) a comprovação do disposto neste item poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital”.
- f) Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal .
- g) Com relação ao descarte correto do material em questão deverão ser observados e levados em consideração o que preconiza o Art 9º da Lei 12305/10 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- h) Para os produtos enquadrados nas categorias de itens potencialmente poluidores será exigida a apresentação do CTF (cadastro técnico Federal) válido e com a descrição da atividade compreendida no enquadramento na FTE (Ficha Técnica de Enquadramento) da Empresa/Marca Cadastrada do produto ofertado.
- i) Para todos os produtos do item 1.1 do Termo de referência por estarem enquadrados Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13 de 23 de agosto de 2021, será exigida a apresentação do CTF (cadastro técnico Federal) válido e com a descrição da atividade compreendida no enquadramento na FTE (Ficha Técnica de Enquadramento) da fabricante do produto ofertado.
- j) De acordo com o art. 427 do Decreto 9.013/2017, Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, estabelece que os todos os produtos de origem animal: o estabelecimento ou marca apresentada deverá estar registrado no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Sistema de Inspeção Municipal (SIM) ou registrado pelos serviços de inspeção que aderiram ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária por meio do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI /POA).
- k) Para os produtos embalados devem ser observadas as regras de rotulagem nutricional (Resoluções 359 e 360, de 23 de dezembro de 2003, da ANVISA), as relativas a aditivos para materiais plásticos (RDC nº 17, de 17 de março de 2008) e a proibição do uso industrial de embalagens metálicas soldadas com liga de chumbo e estanho para acondicionamento de gêneros alimentícios, exceto para produtos secos ou desidratados (Lei nº 9832/1999).
- l) Para os Estabelecimentos que apenas comercializam os produtos do item 1.1 deste TR além de apresentar os registros citados nos itens 4.7 e 4.8 deste TR, deveram apresentar também o licenciamento, válido, pela autoridade sanitária competente estadual, municipal, territorial ou do Distrito Federal, mediante a expedição do respectivo alvará válido, conforme redação dos art. 45 e 46 do DECRETO-LEI nº 986, de 21 de outubro de 1969.

15. Análise de Riscos

Observando as vulnerabilidades do processo de maneira macro, entende-se salutar o diagnóstico para fins de prevenção dos riscos da fase interna até o momento que permeia a formalização do certame.

Entende-se por ação preventiva, ações a serem tomadas, com base no esquema analítico de riscos, de forma a prevenir a ocorrência dos mesmos.

Ações de contingência, no entanto, são ações a serem tomadas na ocasião dos danos começarem a ocorrer com a materialização dos riscos previstos.

Para melhor elucidar, serão classificados a probabilidade e o impacto através das possibilidades "BAIXO", "MÉDIO" e "ALTO", bem como será descrito os prejuízos dos danos em hipótese.

Segue abaixo os riscos elencados, bem como as ações preventivas e de contingência:

1) Não haver disponibilidade orçamentária - Não será possível adquirir os itens almejados, acarretando em prejuízos, já que a SSUB não terá a sua disposição os gêneros alimentícios para confecção dos cardápios, resultando na paralisação das atividades.

a) Probabilidade - BAIXO;

b) Impacto - ALTO;

c) Ação preventiva - Buscar base no Programa de Trabalho Anual; e

d) Ação de contingência - Buscar remanejamento de valores previstos no orçamento anual, acompanhado de revisão da necessidade imediata dos itens demandados, bem como oficiar as esferas superiores a fim de comunicar o fato, bem como solicitar recursos para esse fim.

2) Especificação insuficiente para a aquisição - A aquisição não acontecerá a contento, podendo trazer prejuízos, uma vez que poderá ocorrer uma obtenção parcial ou ineficaz.

a) Probabilidade - MÉDIO;

b) Impacto - MÉDIO;

c) Ação preventiva - Revisar cada cláusula de obrigações da contratada no que tange os documentos que balizam a licitação; e

d) Ação de contingência - Averiguar os pontos críticos e identificar a vantajosidade da rescisão do certame e a abertura de um novo processo licitatório.

3) Atraso na conclusão da licitação - A validação da ATA fora do prazo previsto prejudicará a rotina da Seção de Subsistência.

a) Probabilidade - MÉDIO;

b) Impacto - ALTO;

c) Ação preventiva - Após a abertura do pregão, identificar a frequência dos itens na situação "deserto", e nomeação de um maior número de agentes a fim de apoiar a Equipe de Planejamento e Área Técnica; e

d) Ação de contingência - Cancelar os itens responsáveis pelo retardo da conclusão do certame e dar continuidade em processo paralelo nas demandas que não lograram êxito. Informo ainda que poderá ocorrer situações que essa Equipe de Planejamento não tenha previsto, no entanto, toda ocorrência deverá ser registrada e analisada pelas autoridades competentes e apresentar um plano de contingência para fins de mitigação do acaso

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

presente contratação é considerada viável em razão de a solução proposta atender plenamente à demanda institucional, assegurar a continuidade do fornecimento de alimentação ao efetivo apoiado, observar os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e planejamento, bem como apresentar riscos controláveis e compatíveis com a natureza do objeto, conforme demonstrado nos itens anteriores deste Estudo Técnico Preliminar.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

BRUNA TAVARES DA SILVA MACHADO

Equipe de apoio

MAURICIO GOMES FERNANDES JUNIOR

Equipe de apoio

HENRIQUE TAVARES CABRAL ALENCAR RODRIGUES

Equipe de apoio



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
Data/Hora de Criação:	13/05/2026 14:24:58
Páginas do Documento:	17
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	18
Hash MD5:	08ec636e91eed9ecc47525395f715e97
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento MAURICIO GOMES FERNANDES JUNIOR no dia 13/05/2026 às 12:40:19 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten BRUNA TAVARES DA SILVA MACHADO no dia 14/05/2026 às 07:59:52 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento HENRIQUE T. CABRAL ALENCAR RODRIGUES no dia 14/05/2026 às 10:29:04 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento DANIELLE LOPES ROQUE no dia 19/05/2026 às 12:48:29 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap EDUARDO JÚNIOR DA SILVA MARQUES no dia 22/05/2026 às 09:52:29 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO